



## PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

### ANEXO I - PRIORIDADES

#### PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

As prioridades e metas da Administração Pública do município para o exercício de 2020 estão fundamentadas abaixo:

1. Constituem prioridades e metas do Poder Legislativo:

- Propiciar o regular funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores em suas atividades legislativas e fiscalizadoras;
- Fomentar a participação e o acompanhamento da comunidade nos atos do Poder Legislativo Municipal;
- Desenvolver os recursos humanos da Câmara Municipal, bem como a qualificação profissional dos mesmos.

2. Administração municipal, assim entendidos os órgãos que integram o Poder Executivo e respectiva administração indireta, inclusive a fundacional, estabelece para 2020, as seguintes prioridades e metas:

- Planejamento e ordenamento urbano: promover a reapropriação dos espaços públicos pela população, requalificar o centro da cidade, estabelecer novos padrões urbanísticos e garantir conservação do patrimônio construído, realizar a manutenção e a urbanização das áreas críticas da cidade;
- Mobilidade: melhorar a gestão e a estrutura viárias, com foco em soluções de médio e longo prazo, visando à implantação e recuperação de pavimentação, solução de pontos de alagamento, iluminação e sinalização;
- Meio ambiente: ampliar áreas verdes e espaços livres públicos, preparar a cidade para mudanças climáticas, com intervenções urbanísticas de prevenção e redução de danos, fortalecer a Defesa Civil;
- Habitação: ampliar a oferta habitacional, requalificar os espaços urbanos, fortalecendo a urbanização e a regularização das áreas ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), áreas de risco ou em condições insalubres;
- Educação: qualificar a rede de educação infantil, por meio da ampliação e melhoria das unidades destinadas às crianças de zero a cinco anos, qualificar o ensino fundamental, qualificar a proposta pedagógica, por meio do Plano Municipal de Educação, acelerar o



desempenho dos estudantes da rede municipal, promover a excelência e a universalização do ensino público, fomentando a inovação e a disseminação científica e tecnológica, criando condições propícias para que os cidadãos possam desenvolver suas capacidades de forma plena;

- Saúde: melhorar a qualidade do atendimento e ampliar a rede de saúde, fortalecer a rede de saúde existente, por meio de melhorias na infraestrutura das unidades de atendimento e da capacitação dos profissionais, incrementar as ações preventivas de combate à proliferação de doenças causadas pelo Aedes Aegypti; promover ações de combate e controle de zoonoses e melhorar a rede de atendimento;
- Assistência Social: fortalecer a rede de assistência, com a manutenção e ampliação do serviço de atendimento e acolhida das pessoas em situação de vulnerabilidade social; intensificar a política sobre drogas;
- Esporte e lazer: incentivar as atividades esportivas nas escolas da rede municipal de ensino, garantir a qualidade dos equipamentos de lazer e esportes nos espaços públicos;
- Direitos humanos: fortalecer as políticas para as mulheres, reforçar e ampliar programas de fortalecimento sociopolítico e econômicos voltados para as mulheres, fortalecer políticas públicas e programas direcionados à igualdade racial, ao idoso, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e jovens, por meio da expansão dos serviços oferecidos por diferentes órgãos da prefeitura e centros de referência em direitos humanos, estimular a ação proativa e integrada de valorização da sociodiversidade e consolidar e expandir iniciativas transversais a outras áreas do governo;
- Desenvolvimento econômico: estimular e desenvolver o empreendedorismo, a inovação tecnológica e social, as economias criativa, solidária, compartilhada e colaborativa, promover a expansão de segmentos especializados da economia, viabilizar a integração econômica e a conectividade e fortalecer a cultura como cadeia produtiva;
- Cultura: reestruturar, manter e dinamizar os equipamentos culturais municipais atendendo os requisitos legais de acessibilidade; promover a identidade e o pertencimento dos cidadãos pela Cidade; incentivar a ocupação dos espaços públicos por diferentes linguagens artísticas e culturais; viabilizar atividades de formação em arte, cultura, gestão, produção cultural e preservação do patrimônio material e imaterial.

Lagoa do Ouro, 05 de julho de 2019.

Marquidoves Vieira Marques  
**Prefeito Constitucional**



## **ANEXO II**

# **ANEXO DE METAS FISCAIS PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - PLDO/2020**

**(ART. 165, § 2º, da Constituição Federal)**



**MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO - PE**  
**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS ANUAIS**  
**2020**

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% RCL (a / RCL) x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/100)x100	% RCL (c / RCL) x100
Receita Total	42.486	40.852	22,274	45.225	41.934	23,109	46.102	43.010	24	111,758
Receitas Primárias (I)	39.201	37.693	20,552	41.733	38.696	21,325	44.394	39.694	22	103,142
Despesa Total	42.486	40.852	22,275	45.225	41.934	23,109	46.102	43.010	24	111,758
Despesas Primárias (II)	42.129	40.508	22,087	44.934	41.664	22,961	47.836	42.772	24	111,139
Resultado Primário (I-II)	-2.928	-2.815	-1,535	-3.201	-2.968	-1,636	-3.442	-3.078	(2)	-7,998
Resultado Nominal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,000
Divida Pública Consolidada	1.318	1.267	0,691	1.036	961	0,529	779	697	0	1,810
Divida Consolidada Líquida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,000
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0	0,000
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0	0,000
Impacto do Saldo das PPP(V)= (IV-V)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0	0,000

Notas:

- 1- O PIB do estado de Pernambuco de 2015 foi 156.955.000,00 conforme publicação da divulgação pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco.
- 2 - Os valores do PIB do Pernambuco 2017 e 2018 decorrem da aplicação dos percentuais 2,00% e 1,90%, calculados pelo CONDEPE-FIDEM, publicado pelo no site [www.condepefidem.pe.gov.br](http://www.condepefidem.pe.gov.br).
- 3- Devido à inexistência de projeções oficiais do Estado de Pernambuco até 30 de junho, os valores projetado do PIB Estadual para os exercícios de 2019, 2020, 2021 e 2022 foram baseados na previsão da taxa de crescimento do PIB Nacional, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Ano	Taxa de Crescimento do PIB %	Valor em milhares (R\$)
2016	-4,20%	167.290
2017	2,00%	175.600
2018	1,90%	182.800
2019*	1,60%	185.725
2020*	2,70%	190.739
2021*	2,60%	185.699
2022*	2,50%	200.561

\*Parâmetros Macroeconômicos Projetados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

VARIÁVEIS			
	2020	2021	2022
PIB real (crescimento % anual)	2,70	2,60	2,50
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	7,50	8,00	8,00
Câmbio( R\$ US\$ - Final do Ano)	3,70	3,80	3,80
Inflação média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,00	3,70	3,70
Receita Corrente Líquida - RCL	38.004	40.460	43.041

5- Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

2020	2021	2022
Valor Corrente/1,04	Valor Corrente/1,07848	Valor Corrente/1,11838376





**MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO - PE**  
**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

2020

LRF, Art. 4º § 2º, inciso I

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	% RCL	% RCL	Variação		R\$ milhares
								Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100	
Receita Total	48.165	0,026	135,887	41.119	0,022	116,008		-7.046	-14,63	
Receitas Primárias (I)	47.685	0,026	134,532	37.379	0,020	105,456		-10.306	-21,61	
Despesa Total	48.165	0,026	135,887	41.956	0,023	118,369		-6.209	-12,89	
Despesas Primárias (II)	47.200	0,026	133,164	41.621	0,023	117,424		-5.579	-11,82	
Resultado Primário (III) = (I-II)	484	0,000	1,365	-4.242	-0,002	-11,968		-4.726	-976	
Resultado Nominal	0	0,000	0,000	-2.120	-0,001	-5,981		-2.120	-	
Dívida Pública Consolidada	1.300	0,001	3,668	1.979	0,001	5,583		679	52	
Dívida Consolidada Líquida	0	0,000	0,000	0	0,000	0,000		0	-	

Nota:

1 - O Valor do PIB do estado de Pernambuco de 2018 foi informado pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE-FIDEM, através da home-page [www.condepefidem.pe.gov.br](http://www.condepefidem.pe.gov.br).

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2018	182.800
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2018	182.800
Receita Corrente Líquida - RCL 2018	35.445



Tabela 3 - Metas Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores



**MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO - PE**  
**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**2020**

LRF, Art. 4º § 2º, inciso II

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										R\$ milhares
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	
Receita Total	45.000	48.165	7,03	51.732	7,41	42.486	(17,873)	45.225	6,446	48.102	6,362
Receitas Primárias (I)	44.564	47.685	7,00	51.571	8,15	39.201	(23,986)	41.733	6,459	44.394	6,376
Despesa Total	45.000	48.165	7,03	51.732	7,41	42.486	(17,872)	45.225	6,445	48.102	6,362
Despesas Primárias (II)	44.366	47.200	6,39	51.332	8,75	42.129	(17,929)	44.934	6,660	47.836	6,458
Resultado Primário (III) = (I-II)	198	484	144,44	239	(50,62)	-2.928	(1.325)	-3.201	9,355	-3.442	7,524
Resultado Nominal	0	0	-	-369	-	0	(100,000)	0	-	0	-
Dívida Pública Consolidada	2.234	1.300	(41,81)	1.591	22,38	1.318	(17,159)	1.036	(21,396)	779	(24,807)
Dívida Consolidada Líquida	0	0	-	1.259	-	0	(100,000)	0	-	0	-
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										R\$ milhares
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	
Receita Total	42.453	46.091	8,569	49.623	7,663	40.852	(17,675)	41.934	2,648	43.010	2,567
Receitas Primárias (I)	42.041	45.631	8,539	49.468	8,409	37.693	(23,803)	38.696	2,660	39.694	2,580
Despesa Total	42.453	46.091	8,569	49.623	7,663	40.852	(17,675)	41.934	2,647	43.010	2,567
Despesas Primárias (II)	41.855	45.168	7,915	49.239	9,013	40.508	(17,732)	41.664	2,854	42.772	2,659
Resultado Primário (III) = (I-II)	187	463	147,594	229	-51	-2.815	(1.329)	-2.968	5,453	-3.078	3,688
Resultado Nominal	0	0	-	-354	-	0	(100,000)	0	+	0	-
Dívida Pública Consolidada	2.108	1.244	(40,987)	1.526	23	1.267	(16,952)	961	(24,201)	697	(27,490)
Dívida Consolidada Líquida	0	0	-	1.207	-	0	(100,000)	0	-	0	-





MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO - PE  
 PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 2020

LRF, Art. 4º § 2º, inciso III

R\$ milhões

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio / Capital		0		0		0
Reservas		0		0		0
Resultado Acumulado	25.175	100	14.960	100	22.701	100
<b>TOTAL</b>	<b>25.175</b>	<b>100</b>	<b>14.960</b>	<b>100</b>	<b>22.701</b>	<b>100</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio / Capital		0		0		0
Reservas		0		0		0
Resultado Acumulado	100	100	-6.561	100	1.060	100
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>-6.561</b>	<b>100</b>	<b>1.060</b>	<b>100</b>



Documento Assinado Digitalmente por: VANDERLUCE PEREIRA CALADO, MARQUINHOES VIEIRA MARQUES, JAIR PESSOA DE AZEVEDO  
 Acesse em: <https://ste.ice.pe.gov.br/epv/validar>  
 DocId:35444b034090d471b



MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO - PE  
 PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
 2020

LRF, Art. 4º § 2º, inciso III

R\$ milhares

RECEITAS REALIZADAS	2018 (a)	2017 (b)	2016 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	235	162	0
Alienação de Bens Móveis	235	162	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0
TOTAL	235	162	0
DESPESAS LIQUIDADAS	2018 (d)	2017 (e)	2016 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	213	158	0
DESPESAS DE CAPITAL	213	158	0
Investimentos	213	89	
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida		69	
DESP. CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA *	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Servidores Públicos			
TOTAL	213	158	0
SALDO FINANCEIRO	(g)={{(Ia - IId) + IIIh}}	(h)={{(Ib - ILe) + IIIi}}	(i)={{Ic - IIIf}}
VALOR (III)	26	4	0





MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO - PE  
 PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS  
 2020

LRF, Art. 4º § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ milh

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2016	2017	2018
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>4.759</b>	<b>4.154</b>	<b>4.394</b>
Receita de Contribuições dos Segurados	979	986	1.008
Civil	979	986	1.008
Ativo	979	986	1.008
Inativo			
Pensionista			
Militar	0	0	0
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita e Contribuições Patronais	2.921	3.040	2.185
Civil	2.921	3.040	2.185
Ativo	2.921	3.040	2.185
Inativo			
Pensionista			
Militar	0	0	0
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	859	128	210
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	859	128	210
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	991
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)			
Demais Receitas Correntes			991
<b>RECEITAS DE CAPITAL (III)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>4.759</b>	<b>4.154</b>	<b>4.394</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO (V)</b>	<b>232</b>	<b>0</b>	<b>261</b>
Despesas Correntes	232		259
Despesas de Capital			2
<b>PREVIDÊNCIA (VI)</b>	<b>3.467</b>	<b>4.294</b>	<b>4.488</b>
Benefícios - Civil	3.467	4.054	4.488
Aposentadorias	3.000	3.477	3.882
Pensões	357	414	473
Outros Benefícios Previdenciários	110	163	133
Benefícios - Militar	0	0	0
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias	0	240	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias		240	
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)</b>	<b>3.699</b>	<b>4.294</b>	<b>4.749</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)</b>	<b>1060</b>	<b>-140</b>	<b>-356</b>
<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
VALOR			
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
VALOR			
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS	766	885	991
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	49	52	131
Investimentos e Aplicações	7.001	7.479	7.409
Outros Bens e Direitos			



**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**AValiação DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS**  
**2020**  
**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

R\$ milhares

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2018	5.187	4.272	915	6.642
2019	5.034	4.369	665	10.039
2020	5.013	4.413	600	11.241
2021	5.047	4.567	480	12.394
2022	5.034	4.697	337	13.476
2023	5.021	4.800	221	14.505
2024	5.016	4.905	111	15.486
2025	5.020	5.040	(20)	16.394
2026	5.035	5.236	(201)	17.177
2027	5.040	5.464	(424)	17.783
2028	5.056	5.756	(700)	18.150
2029	5.073	6.113	(1.040)	18.199
2030	5.017	6.325	(1.308)	17.983
2031	5.053	6.683	(1.610)	17.451
2032	5.026	6.945	(1.919)	16.579
2033	5.042	7.356	(2.314)	15.259
2034	4.994	7.744	(2.750)	13.425
2035	4.911	7.979	(3.068)	11.162
2036	4.982	8.603	(3.611)	8.220
2037	4.910	9.109	(4.199)	4.514
2038	4.791	9.428	(4.637)	147
2039	4.638	10.050	(5.212)	(5.056)
2040	4.693	10.416	(5.723)	(10.830)
2041	4.587	10.720	(6.133)	(17.072)
2042	4.538	11.232	(6.694)	(23.936)
2043	4.373	11.650	(7.277)	(31.453)
2044	-	12.007	(12.007)	(43.774)
2045	-	12.615	(12.615)	(56.827)
2046	-	12.844	(12.844)	(70.239)
2047	-	12.464	(12.464)	(83.405)
2048	-	12.402	(12.402)	(96.641)
2049	-	12.521	(12.521)	(110.129)
2050	-	12.009	(12.009)	(123.239)
2051	-	11.673	(11.673)	(138.145)
2052	-	11.833	(11.833)	(149.139)
2053	-	11.131	(11.131)	(161.762)
2054	-	10.697	(10.697)	(174.075)
2055	-	9.981	(9.981)	(185.798)
2056	-	9.210	(9.210)	(196.866)
2057	-	8.621	(8.621)	(207.455)
2058	-	8.221	(8.221)	(217.750)
2059	-	7.446	(7.446)	(227.374)
2060	-	6.860	(6.860)	(236.507)
2061	-	6.594	(6.594)	(245.466)
2062	-	5.861	(5.861)	(253.782)
2063	-	5.282	(5.282)	(261.602)
2064	-	4.649	(4.649)	(268.866)
2065	-	4.003	(4.003)	(275.559)
2066	-	3.213	(3.213)	(281.528)
2067	-	2.583	(2.583)	(286.626)
2068	-	2.074	(2.074)	(291.870)
2069	-	1.870	(1.870)	(296.655)
2070	-	1.752	(1.752)	(301.377)
2071	-	1.494	(1.494)	(305.889)
2072	-	1.324	(1.324)	(310.298)
2073	-	1.150	(1.150)	(314.520)
2074	-	877	(877)	(318.543)
2075	-	599	(599)	(322.328)
2076	-	509	(509)	(326.080)
2077	-	-	-	-
2078	-	-	-	-
2079	-	-	-	-
2080	-	-	-	-
2081	-	-	-	-
2082	-	-	-	-
2083	-	-	-	-
2084	-	-	-	-
2085	-	-	-	-
2086	-	-	-	-
2087	-	-	-	-
2088	-	-	-	-
2089	-	-	-	-
2090	-	-	-	-
2091	-	-	-	-
2092	-	-	-	-



Tabela 8 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita



**MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO - PE**  
**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

2020

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	
TOTAL						
						-

R\$ milhares

Nota:

1 - O Município não tem previsão de efetuar renúncia de receita para os exercícios de 2020, 2021, 2022 por meio de incentivos fiscais, alteração de alíquota, modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, ou quaisquer outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.



Tabela 9 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado



MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO - PE  
 PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2020

LRP, Art. 4º § 2º, inciso V	Valor Previsto 2020	R\$ milhares
<b>EVENTO</b>		
<b>Aumento Permanente da Receita</b>		
(-) Transferências Constitucionais		
(-) Transferências ao FUNDEB		
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		0
Redução Permanente de Despesa (II)		
Margem Bruta (III)=(I+II)		0
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)		
Novas DOCC		
Novas DOCC geradas por PPP's		
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)</b>		<b>0</b>

Nota:

1 - O município não tem previsão de efetuar expansão de despesa obrigatória de caráter continuado para o exercício de 2020





## I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais da Receita

### TOTAL DAS RECEITAS

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Realizado 2017	Realizado 2018	Projetado 2019
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>33.523</b>	<b>36.453</b>	<b>38.604</b>
Receita Tributária	635	595	688
Impostos	565	547	633
Taxas	70	48	56
Receitas de Contribuições	1.168	1.217	1.286
Contribuição p/ RPPS	986	1.008	1.065
Receita Patrimonial	430	329	348
Aplicações Financeiras	430	329	348
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	126	104	110
Transferências Correntes	31.033	34.105	36.063
Cota-Parte do FPM	9.364	9.989	13.158
Transf. de Recursos do SUS - FMS	4.490	4.839	5.115
Outras Transferências Correntes	17.179	19.277	17.790
Outras Receitas Correntes	131	103	109
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>162</b>	<b>1.490</b>	<b>1.248</b>
Operações de Créditos	0	0	0
Alienação de Bens	162	235	248
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Transferências de Capital	0	1.255	1.000
Outras Receitas de Capital	0	0	0
<b>RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>3.040</b>	<b>3.176</b>	<b>3.357</b>
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	<b>36.725</b>	<b>41.119</b>	<b>43.210</b>

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2020	2021	2022
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>38.851</b>	<b>41.361</b>	<b>43.998</b>
Receita Tributária	622	723	841
Impostos	565	657	764
Taxas	57	66	77
Receitas de Contribuições	1.080	1.148	1.219
Contribuição p/ RPPS	847	900	956
Receita Patrimonial	156	166	176
Aplicações Financeiras	150	159	169
Outras Receitas Patrimoniais	6	6	7
Receita de Serviços	107	114	121
Transferências Correntes	36.779	39.096	41.520
Cota-Parte do FPM	14.040	14.924	15.849
Transf. de Recursos do SUS - FMS	5.458	5.801	6.161
Outras Transferências Correntes	17.724	18.371	19.510
Outras Receitas Correntes	107	114	121
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>510</b>	<b>542</b>	<b>577</b>
Operações de Créditos	0	0	0
Alienação de Bens	10	11	11
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Transferências de Capital	500	532	565
Outras Receitas de Capital	0	0	0
<b>RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>3.125</b>	<b>3.322</b>	<b>3.528</b>
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	<b>42.486</b>	<b>45.225</b>	<b>48.102</b>

Nota:

1 - Os parâmetros utilizados para se chegar aos valores projetados foram baseados na taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), na taxa de crescimento do PIB nacional e nas ações econômico-financeiras e administrativas que serão tomadas por este município para obter uma melhoria na fiscalização e obtenção de recursos financeiros para os exercícios futuros.

2 - Estimativa referente aos valores das transferências de receitas intra-orçamentárias relativos a operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social, conforme exigência do Manual de Demonstrativo Fiscais - 10ª Edição aprovado pela Portaria STN nº 286 de 07/05/2019.



## I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

### Receita Tributária

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	635	-
2018	595	-6,30%
2019	688	15,70%
2020	622	-9,65%
2021	723	16,30%
2022	841	16,20%

### Gota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	9.364	-
2018	9.989	6,67%
2019	13.158	31,72%
2020	14.040	6,70%
2021	14.924	6,30%
2022	15.849	6,20%

### Transferências de Recursos do SUS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	4.490	-
2018	4.839	7,77%
2019	5.115	5,70%
2020	5.458	6,70%
2021	5.801	6,30%
2022	6.161	0,06

### Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	131	-
2018	103	-21,37%
2019	109	5,70%
2020	107	-1,72%
2021	114	6,30%
2022	121	6,20%

#### Notas:

1 - O aumento previsto para a Receita Tributária e Receita da Dívida Ativa provém da aplicação de uma política de intensificação da fiscalização na arrecadação dos tributos de competência municipal, o que refletirá num acréscimo de 10% nas projeções de 2020 a 2022.

2 - As projeções para 2019, 2020, 2021 e 2022 foram realizadas considerando-se a taxa de inflação do IPCA prevista respectivamente em 4,10%, 4,00%, 3,70% e 3,70%. Também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para 2019, 2020, 2021 e 2022 com os respectivos percentuais de 1,60%, 2,70%, 2,60% e 2,50%. Estes parâmetros foram utilizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e publicados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2020 encaminhado ao Congresso Nacional.

3 - Desta forma, consideram-se no campo VARIAÇÃO % estas três variáveis (% IPCA, % PIB e intensificação na fiscalização tributária) para seus respectivos exercícios.

### Receitas de Capital

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	162	-
2018	1.490	819,75%
2019	1.248	-16,22%
2020	510	-59,15%
2021	542	6,30%
2022	577	6,38%

#### Nota:

1 - As receitas de Capital tem como base as transferências de recursos de convênios. As projeções para os exercícios de 2019, 2020, 2021 e 2022 são fundamentadas em estimativas de transferências voluntárias por meio de convênios e contratos de repasse vindos da União e do Estado.



## II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais da Despesa

### TOTAL DAS DESPESAS

R\$ milhares

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizada 2017	Realizada 2018	Projetado 2019
DESPESAS CORRENTES	36.163	38.314	40.498
Pessoal e Encargos Sociais	23.701	23.218	24.541
Juros e Encargos da Dívida	0	7	7
Outras Despesas Correntes	12.462	15.089	15.949
DESPESAS DE CAPITAL	1.814	3.642	3.850
Investimentos	1.380	3.314	3.503
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	434	328	347
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>37.977</b>	<b>41.956</b>	<b>44.347</b>

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2020	2021	2022
DESPESAS CORRENTES	40.748	43.466	46.297
Pessoal e Encargos Sociais	26.589	28.264	30.152
Juros e Encargos da Dívida	8	9	9
Outras Despesas Correntes	14.151	15.194	16.136
DESPESAS DE CAPITAL	1.350	1.345	1.365
Investimentos	1.000	1.063	1.108
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	350	282	257
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	389	414	440
<b>TOTAL</b>	<b>42.486</b>	<b>45.225</b>	<b>48.102</b>

Fonte:

1 - Os valores projetados para outras despesas correntes foram baseados na projeção da taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) de 4,10%, 4,00%, 3,70% e 3,70% para os respectivos exercícios de 2019 a 2022. Também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para os exercícios de 2019 a 2022 com os respectivos percentuais de 1,60%, 2,70%, 2,60% e 2,50%. Estes parâmetros foram utilizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e publicados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2020 encaminhado ao Congresso Nacional.



## II.a - Metodologia de Memória de Cálculo da Despesa

### Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	23.701	-
2018	23.218	-2%
2019	24.541	5,70%
2020	26.589	8,34%
2021	28.264	6,30%
2022	30.152	6,68%

#### Nota:

1 - O aumento do volume de despesas identificado no Grupo de Natureza de Despesa Pessoal e Encargos Sociais se deve a fatos como o reajuste salarial dos servidores da ativa e dos proventos de aposentadoria dos inativos, obedecendo ao limite prudencial de despesa com pessoal do município, conforme § único do art. 22 da LRF.

### Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	0	-
2018	7	#DIV/0!
2019	7	0,057
2020	8	7,50%
2021	9	8,00%
2022	9	8,00%

#### Fonte:

1 - A projeção para o pagamento de juros e encargos da dívida dar-se-á pela taxa de juros implícita sobre a dívida líquida do governo (média % a.a.) de 6,50%, 7,50% e 8,00% e 8,00% com base nos valores amortizados respectivamente nos exercícios de 2019, 2020, 2021 e 2022.

2 - As projeções da taxa de juros implícita sobre a dívida líquida do governo foram estimados pelo Ministerio do Planejamento, Orcamento e Gestao e publicados no Projeto de Lei de Diretrizes Orcamentárias da União para 2020 encaminhado ao Congresso Nacional.

### Reserva de Contigência

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	0	-
2018	0	#DIV/0!
2019	0	#DIV/0!
2020	389	#DIV/0!
2021	414	6,46%
2022	440	6,37%

#### Nota:

1- Os valores fixados para a Reserva de Contigência terão a função de suprir dotações a serem utilizadas para pagamento de contingências do município, correspondendo a pelo menos 1% da Receita Corrente Líquida.





### III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

#### RESULTADO PRIMÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	R\$ milhares					
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	33.523	36.453	38.604	38.851	41.361	43.994
Receita Tributária	635	595	688	622	723	840
Receitas de Contribuições	1.168	4.393	4.643	4.205	4.470	4.740
Receita Patrimonial	430	329	348	156	166	170
Aplicações Financeiras (II)	430	329	348	150	159	160
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0	6	6	6
Receita de Serviços	126	104	110	107	114	120
Transferências Correntes	31.033	34.105	36.063	36.779	39.096	41.520
Outras Receitas Correntes	131	103	109	107	114	120
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I) - (II)</b>	33.093	36.124	38.257	38.701	41.201	43.834
<b>RECEITA DE CAPITAL (IV)</b>	162	1.490	1.248	510	542	510
Operações de Créditos (V)	0	0	0	0	0	0
Amortização de Empréstimos (VI)	0	0	0	0	0	0
Alienação de Bens (VII)	162	235	248	10	11	10
Transferências de Capital	0	1.255	0	500	532	500
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0	0	0
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)</b>	0	1.255	1.000	500	532	500
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)</b>	33.093	37.379	39.257	39.201	41.733	44.334
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	36.163	38.314	40.498	40.748	43.466	46.218
Pessoal e Encargos Sociais	23.701	23.218	24.541	26.589	28.264	30.100
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0	7	7	8	9	9
Outras Despesas Correntes	12.462	15.089	15.949	14.151	15.194	16.110
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)</b>	36.163	38.307	40.490	40.740	43.458	46.210
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>	1.814	3.642	3.850	1.350	1.345	1.365
Investimentos	1.380	3.314	3.503	1.000	1.063	1.108
Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0
Amortização da Dívida (XIV)	434	328	347	350	282	257
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)</b>	1.380	3.314	3.503	1.000	1.063	1.108
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	0	0	0	389	414	440
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII+XV+XVI)</b>	37.543	41.621	43.993	42.129	44.934	47.836
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)</b>	<b>-4.450</b>	<b>-4.242</b>	<b>-4.737</b>	<b>-2.928</b>	<b>-3.201</b>	<b>-3.442</b>

**Nota:**

- Os dados relativos às receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado nas Memórias de cálculo das receitas e despesas.
- O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pelo STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas de elaboração do Demonstrativo Fiscais da LDO.



#### IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

##### RESULTADO NOMINAL

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.234	1.979	1.640	1.318	1.036	779
DEDUÇÕES (II)	114	7.668	6.101	7.436	8.759	9.367
Ativo Financeiro	3.399	10.865	8.316	8.649	8.969	9.301
Haveres Financeiros	125	77	59	61	64	66
(-) Restos a Pagar Processados	3.410	3.274	2.274	1.274	274	0
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	2.120	0	0	0	0	0
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)		0	0	0	0	0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)		0	0	0	0	0
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV+V)	2.120	0	0	0	0	0
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>2.120</b>	<b>-2.120</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

R\$ milhares

Notas:

1 - O cálculo das Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional através do Manual de Demonstrativo Fiscais.

\* : Refere-se ao valor da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao realizado no exercício de 2016





## V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

### MONTANTE DA DÍVIDA

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.234	1.979	1.640	1.318	1.036	779
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas	2.234	1.979	1.640	1.318	1.036	779
DEDUÇÕES (II)	114	7.668	6.101	7.436	8.759	9.367
Ativo Disponível	3.399	10.865	8.316	8.649	8.969	9.301
Haveres Financeiros	125	77	59	61	64	66
(-) Restos a Pagar Processados	3.410	3.274	2.274	1.274	274	0
<b>DCL (III) = (I-II)</b>	<b>2.120</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Nota:

1 - Se as deduções forem maiores que o montante da Dívida Consolidada, o valor da Dívida Consolidada Líquida (DCL) será igual a zero, conforme instruído no Manual de Demonstrativos Fiscais do STN 10ª edição.

2 - Para preenchimento do campo da Dívida Consolidada foram consideradas as projeções de amortização conforme demonstrativo abaixo:

	2018	2019	2020	2021	2022
INSS	1.727	1.490	1.253	1.016	779
PRECATÓRIOS	85	40	0	0	0
RPPS	12	0	0	0	0
OUTRAS DÍVIDAS	155	110	65	20	0
<b>TOTAIS</b>	<b>1.979</b>	<b>1.640</b>	<b>1.318</b>	<b>1.036</b>	<b>779</b>

3 - A projeção do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros de 2018 foi elaborada da seguinte forma:

Disponibilidade de caixa de 2018	10.865
Realizável de 2018	77
(=) Ativo Financeiro de 2018	10.942
(+) Previsão de Entrada de Recursos até 31 de dezembro de 2019	43.210
(=) Disponibilidade de Caixa Bruta	54.152
(-) Restos a pagar serem pagos em 2019	1.429
(-) Despesa Orçamentárias a serem Pagas em 2019	44.347
<b>(=) Disponibilidade Financeira projetada para 2019</b>	<b>8.375</b>



## **ANEXO III**

# **ANEXO DE RISCOS FISCAIS PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – PLDO/2020**

**(ART. 165, § 2º, da Constituição Federal)**



## PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

### ANEXO III - RISCOS FISCAIS

(Art. 4º, § 3º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000)

O anexo de Riscos Fiscais tem sua origem no princípio da prudência. Em cumprimento ao art.4º, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, o presente Anexo conceitua e classifica os riscos fiscais, avalia os passivos contingentes, e procura identificar e contextualizar condicionantes que possam afetar as contas públicas.

Para efeito deste Anexo, consideram-se afetações no orçamento originárias de situações decorrentes de obrigações específicas do governo estabelecidas por lei ou contrato, pelo qual o governo deve legalmente atender a obrigação quando ela é devida, cuja ocorrência é incerta.

São apresentados os conceitos dos riscos fiscais bem como a sua classificação em duas categorias: de riscos fiscais orçamentários e de dívida.

**1. RISCOS ORÇAMENTÁRIOS** – Refere-se à possibilidade das receitas previstas não se realizarem ou à necessidade de execução de despesas, inicialmente não fixadas ou orçadas a menor durante a execução do Orçamento. Como riscos orçamentários, podemos citar, dentre outros casos:

- a) Arrecadação de tributos a menor que a prevista no Orçamento, a frustração na arrecadação, devido a fatos ocorridos posteriormente à elaboração da peça orçamentária e a restituição de determinado tributo não previsto constitui exemplos de riscos orçamentários relevantes.
- b) Nível de atividade econômica, taxa de inflação, taxa de juros e taxa de câmbio, são variáveis que, também, podem influenciar o montante de recursos arrecadados (sempre que houver discrepância entre as projeções dessas variáveis quando da elaboração do orçamento, os valores observados durante a execução orçamentária e os coeficientes que relacionam os parâmetros aos valores estimados).



c) Ocorrência de epidemias, pandemias, enchentes, abalos sísmicos e outras situações de calamidade pública que demandem do governo municipal ações emergenciais.

Os riscos que afetam as metas de resultados primário têm efeito sobre o fluxo da receita e da despesa, de forma que estes sejam diferentes das previsões contidas na proposta de execução orçamentários, prevê que haja limitação de empenho, equalizando a despesa à receita efetivamente realizada.

O primeiro tipo de risco fiscal que afeta as contas públicas diz respeito à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se realizarem durante o exercício financeiro, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram desvios entre receita e despesas orçadas.

No caso da receita, pode-se mencionar, por exemplo, a frustração de parte da arrecadação de determinado imposto, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária, principalmente em função de desvios entre os parâmetros estimados e efetivos, oriundos de situações que estão fora do controle da Administração Municipal, como diminuição dos valores das transferências constitucionais, diminuição dos valores da receita própria causada por possível inadimplência. Tem também a frustração no recebimento de recursos de convênios já firmados com a União e o Estado, as chamadas receitas de capitais que em sua maioria é afetada por decisões e ajuste da política do Estado e também da União, e demais aspectos que frustrem as previsões de receitas.

Por sua vez, as despesas realizadas pelo governo podem sofrer desvios em relação às projeções utilizadas para elaboração do orçamento, tanto em função do nível de atividade econômica, da inflação observada, como em função de modificações constitucionais e legais que introduzam novas programações para o Município. Tendo em vista que uma parte significativa da despesa decorre das obrigações constitucionais e legais, as quais são diretamente afetadas por alterações na legislação municipal.

**2. RISCOS DA DÍVIDA**- Este é originado pelos passivos contingentes e refere-se às novas obrigações causadas por evento que pode vir ou não acontecer. A probabilidade de ocorrência e sua magnitude dependem de condições exógenas cuja ocorrência é difícil se prever. Por isso, a mensuração desses passivos é difícil e imprecisa. Nesse



sentido, é clara a conotação que assume a palavra “contingente” no sentido condicional e probabilístico.

Outro risco é o impacto das políticas econômicas sobre a dívida pública, pois variações na taxa de juros, taxa de câmbio e índice de preços podem ocasionar crescimento do seu estoque, tendo ainda que se considerarem os riscos provenientes de novas ações judiciais.

É importante lembrar que a mensuração dos passivos muitas vezes é difícil e, portanto, são apenas estimativas, e que a tabela abaixo não implica em probabilidade de ocorrência, mas em apontamentos que podem ter efeito sobre as metas fiscais.

Caso se concretizem, os riscos fiscais quer no âmbito da despesa quanto da receita, utilizar-se-ão dos recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, conforme estabelecido na alínea “b” do inciso III do art.5º da Lei de Responsabilidade Fiscal destina-se o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, os quais incluem as alterações e adequações orçamentárias em conformidade com o disposto no inciso III do § 1º do art.43 da Lei federal nº4.320, de 1964.

Em razão dos riscos serem hipotéticos, a quantificação financeira é de difícil mensuração, daí a planilha anexa, sugerida pelo STN, seguir sem estimativa concreta de valores.

Lagoa do Ouro, 25 de julho de 2019.

Marquidoves Vieira Marques  
**Prefeito Constitucional**



## DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS - 2020

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Despesas oriundas de situações de emergências e/ou calamidade públicas decorrentes de fenômenos naturais imprevisíveis, epidemias, pandemias, enchentes e outras calamidades que necessitam de ações emergenciais.			
Demandas judiciais oriundas de processos pertinentes à administração municipal, como ações de pequeno valor entre outras.		CONTIGÊNCIA PASSIVA SEM ESTIMATIVA DE VALOR	
<b>SUBTOTAL</b>		<b>SUBTOTAL</b>	

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração da arrecadação.			
Discrepância das projeções.			
Restituição de tributos			
Outros Riscos Fiscais		CONTIGÊNCIA PASSIVA SEM ESTIMATIVA DE VALOR	
<b>SUBTOTAL</b>		<b>SUBTOTAL</b>	
<b>TOTAL</b>	-	<b>TOTAL</b>	-

Contingência Passiva é uma possível obrigação de eventos futuros que não estão sob controle da entidade. O valor não pode ser estimado com segurança.

